

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
Maria Beatriz Afflalo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.7731925011	
CAPÍTULO 2	16
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
Sílvia Rachi	
DOI 10.22533/at.ed.7731925012	
CAPÍTULO 3	28
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
Ana Paula Felix Arantes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925013	
CAPÍTULO 4	36
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
Carla Cristina Rosa de Almeida	
João Policarpo Rodrigues Lima	
Maria Fernanda Gatto	
DOI 10.22533/at.ed.7731925014	
CAPÍTULO 5	52
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Marlise Buchweitz	
DOI 10.22533/at.ed.7731925015	
CAPÍTULO 6	63
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
Jessica Rani Ferreira de Sousa	
Henrique César Muzzio	
Jackeline Amantino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925016	
CAPÍTULO 7	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.7731925017	

CAPÍTULO 8	87
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
CAPÍTULO 9	100
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
CAPÍTULO 10	116
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
CAPÍTULO 11	128
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
CAPÍTULO 12	134
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
CAPÍTULO 13	143
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
CAPÍTULO 14	161
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
CAPÍTULO 15	180
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

CAPÍTULO 16 194

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

CAPÍTULO 17 214

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

CAPÍTULO 18 226

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

CAPÍTULO 19 232

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

CAPÍTULO 20 246

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

CAPÍTULO 21 259

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

CAPÍTULO 22 272

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 287

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO

Ana Paula Felix Arantes

Secretaria Municipal de Saúde

Rio Verde - GO

RESUMO: A cidade de Rio Verde é considerada a capital do agronegócio goiano devido a fatores como o favorecimento geográfico à atividade agroindustrial, ao envolvimento e articulação dos agentes locais bem como a elaboração e implantação de políticas de incentivos fiscais. Esta revisão bibliográfica foi feita a partir de uma pesquisa nos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) sobre as políticas públicas e sua correlação com o agronegócio de Rio Verde – GO. A partir dos dados observados, percebeu-se que a referida cidade passou por um crescimento acelerado nos últimos vinte anos, porém seu desenvolvimento não aumentou nas devidas proporções. São inúmeros problemas sociais e ambientais decorrentes do rápido crescimento populacional e dos programas e políticas públicas promovidas para ocupação do cerrado que praticamente ignoraram o meio ambiente. Assim, a criação de programas de desenvolvimento sustentável é imprescindível e urgente para a coexistência tanto dos benefícios da agroindústria como da integridade do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Política social.

Agroindústria. Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT: The city of Rio Verde is considered the capital of the agribusiness of Goiás, due to factors such as the geographic favoring of agroindustrial activity, the involvement and articulation of local agents, as well as the elaboration and implementation of fiscal incentives policies. This bibliographic review was made from a research in the Scientific Electronic Library Online on public policies and its correlation with the agribusiness of Rio Verde - GO. Based on the observed data, it was noticed that the city had accelerated growth in the last twenty years, but its development did not increase in due proportions. There are numerous social and environmental problems arising from the rapid population growth and the programs and public policies promoted for occupation of the savannah that practically ignored the environment. Thus, the creation of sustainable development programs is essential and urgent for the coexistence of both the benefits of agribusiness and the integrity of the environment.

KEYWORDS: Social policy. Agribusiness. Economic development.

INTRODUÇÃO

O município de Rio Verde tem grande

importância econômica para o estado de Goiás, uma vez que além de ser a quarta cidade mais populosa do estado, também possui um de seus maiores Produtos Internos Brutos.

A cidade de Rio Verde é considerada a capital do agronegócio goiano, com destaque principalmente nas áreas de pecuária, agricultura, indústria e comércio. Esta atividade impulsionou diversas áreas da economia rio-verdense, originando riqueza e repercutindo em outros setores, como a oferta de empregos, a infra-estrutura, o transporte e a educação (GUIMARÃES, 2010).

Mesmo sendo um dos municípios mais antigos do estado de Goiás, percebe-se que Rio Verde sempre possuiu características de relevo, solo e clima que favoreciam o desenvolvimento da agropecuária e mais recentemente da agroindústria (GUIMARÃES, 2010).

Além do favorecimento geográfico à atividade agroindustrial, houve também o envolvimento e articulação dos agentes locais bem como a elaboração e implantação de políticas de incentivos fiscais (PEDROSO & SILVA, 2005).

Este texto tem como objetivo apresentar as características geohistóricas e as principais políticas públicas que propiciaram o desenvolvimento do agronegócio em Rio Verde – GO.

METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica foi feita a partir de uma pesquisa nos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) sobre as políticas públicas e sua correlação com o agronegócio de Rio Verde – GO.

Para a identificação dos estudos foram utilizados os termos “políticas públicas”, “agronegócios”, “agribusiness” e “Rio Verde” nos campos de busca dos bancos de dados utilizados. Foram ainda consultados livros sobre os referidos temas.

Os resultados foram apresentados em três partes: aspectos geo-históricos de Rio Verde, expansão e ocupação da região centro-oeste do Brasil, e redução dos impactos causados pelo agronegócio em Rio Verde.

Resultados e Discussões

- Aspectos Geo-Históricos de Rio Verde

O município de Rio Verde está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, na bacia do Rio Paranaíba, mesorregião Sul goiana e compreende um dos dezoito municípios da microrregião do Sudoeste de Goiás (IBGE, 2010c; ARRAIS, 2013).

A topografia rio-verdense compreende terrenos da bacia sedimentar do Paraná, sendo considerada plana levemente ondulada com 5% de declividade, rica em chapadões. Ocorrem no vale dos rios afloramentos de rochas basálticas decorrentes

dos derrames ocorridos no período mesozóico. A cidade possui rede hidrográfica pertencente à bacia do Paraná e orientada predominantemente nos sentidos leste e sul, formada por afluentes do Rio Paranaíba (CUNHA NETO, 1988).

A altitude da cidade é de 698 metros sendo que o restante do município varia entre 600 a 800 metros de altitude. O solo predominante é do tipo latossolo vermelho escuro/roxo. Há solos profundos, argilosos ou de textura média, bem drenados e sujeitos a problemas de erosão, ácidos a muito ácidos, com fertilidade natural média a baixa bem como, mesmo que isoladamente, solos muito profundos, argilosos, bem drenados e permeáveis com razoável fertilidade (FERREIRA, 2010).

A vegetação do município é constituída majoritariamente por cerrado, porém nos vales é registrada a presença de floresta do tipo ciliar. As atividades relacionadas à pecuária e agricultura causaram alterações nesta vegetação primitiva deste município (CUNHA NETO, 1988).

O clima de Rio Verde é mesotérmico úmido com duas estações bem definidas: uma seca (de maio a outubro) e outra chuvosa (novembro a abril) e temperatura média anual entre 20 °C e 35 °C. As temperaturas são amenas durante o inverno e faz calor no verão e principalmente na primavera. Nas estações outono-inverno são registradas as menores temperaturas, gerando grande amplitude térmica (FERREIRA, 2010).

A história desta cidade se inicia no ano de 1838, com medidas de incentivo para a colonização do interior do Brasil pelo governo Imperial. Neste ano, em 5 de setembro, foi assinada a Lei nº 11 que beneficiava criadores de gado bovino e equinos da região sul do estado com a isenção do pagamento de impostos por dez anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, 2013).

Assim, incentivada por esta Lei, a família de José Rodrigues de Mendonça e sua esposa Florentina Cláudia de São Bernardo, originária do município de Casa Branca, no estado de São Paulo, mudou-se para a região de Rio Verde (CUNHA NETO, 1988).

A família Rodrigues de Mendonça era formada por colonos de origem açoreana que estavam em Casa Branca mandados pelo governo Imperial para povoar esta região. O governo ofereceu transporte, instrumentos de trabalho e a terra para ser trabalhada. Porém esta região era rica em árvores muito grandes que deveriam ser retiradas para possibilitar seu cultivo, o que desanimou os sertanejos e causou o êxodo de Casa Branca (LIMA, 2007).

Outras famílias foram ocupando a região adjacente, fazendo surgir o Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde, que em 05 de agosto de 1848 torna-se freguesia. Oito anos depois, alcança a categoria de vila e somente através da Lei Provincial nº 670, de 31 de julho de 1882, é que Rio Verde foi finalmente emancipado (CUNHA NETO, 1988; LIMA, 2007).

- Expansão e ocupação da região centro-oeste do Brasil

A ocupação da região central do Brasil foi intensificada no início do século XIX

com a construção de ferrovias que ligavam São Paulo ao Triângulo Mineiro, viabilizando o comércio da produção agrícola do sul de Goiás com estas regiões (CARMO et al, 2002).

Neste momento, as terras da região sudoeste sofrem um processo de mercantilização com um caráter latifundiário (ESTEVAM, 1998 apud CARMO et al 2002). A partir da década de 1930, com a penetração das ferrovias em Goiás, o desenvolvimento agrícola da região cresce ainda mais (PEDROSO & SILVA, 2005).

A consolidação econômica do processo de ocupação ocorre entre as décadas de 1940 e 1960 devido a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, a criação de Brasília, a concretização de obras de infra-estrutura e o PRODOESTE (Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) desenvolvido durante a execução do I PND (Plano de Desenvolvimento Nacional) que promoveu a construção de uma rodovia ligando Jataí a Rondonópolis – MT (CARMO et al, 2002; PEDROSO e SILVA, 2005).

Até a década de 1970, a atividade agrícola na região Centro-Oeste ocorreu de maneira espontânea, devido a limitação oferecida pela falta de técnicas de cultivo apropriadas ao cerrado e a falta de políticas governamentais que estimulassem estas atividades (PEDROSO, 2005).

A partir deste período, como as políticas de ocupação e transformação da Amazônia em região agrícola não obtiveram o êxito esperado, o governo atentou-se para a região dos cerrados, marcando este período como o início do desenvolvimento agrícola no Centro-Oeste do Brasil (PEDROSO & SILVA, 2005).

Houveram dois programas específicos para o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste que podem ser considerados como os maiores responsáveis pela incorporação dos cerrados a estas atividades: o PRODECER e o POLOCENTRO (PEDROSO, 2005).

O PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados) foi criado em 1975 dentro do I Plano Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de incorporar num período de quatro anos cerca de 3,7 milhões de hectares de cerrados para produção agrícola (GUIMARÃES, 2010).

O POLOCENTRO, desenvolvido entre os anos de 1975 e 1979 integrando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (BARREIRO & RIBEIRO, 2008). O programa consistia em concessão de crédito subsidiado por períodos de até doze anos em juros fixos, e com as taxas mensais da inflação variando entre 75 e 100% na época, vários produtores, especialmente do sul do país foram atraídos ao sudoeste goiano (CARMO et al, 2002).

Este programa, inicialmente voltado para o aumento da fronteira agrícola, acabou por beneficiar os grandes e médios produtores, que acabaram por desvirtuar os objetivos básicos do POLOCENTRO ao seu favor (MULLER, 1990 apud PEDROSO, 2005). Neste contexto, cerca de 42% da área dos cerrados goianos foram incorporados ao processo produtivo (PEDROSO, 2005).

Além do POLOCENTRO, iniciativas como subsídio de crédito rural pelo Sistema

Nacional de Crédito, políticas de redução fiscal de impostos como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), os programas estaduais FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização no Estado de Goiás) e PRODUIZIR e a política federal do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) também contribuíram para incremento da produção agrícola e instalação das agroindústrias em Rio Verde (BARRETO & RIBEIRO, 2008).

Nos anos seguintes, o país atravessou uma forte crise fiscal, o que provocou a adoção de políticas governamentais de cunho neoliberal tais como privatizações, diminuição dos subsídios e abertura comercial ao mercado estrangeiro e exportações (CASTILLO, 2007).

Ao final dos anos noventa foi criado o Parque Industrial em Rio Verde, local onde ao longo dos anos seguintes, grandes empresas de capital nacional e multinacional, como a Perdigão, atual Brasil Foods, foram se implantando (VALARIE et al, 2008).

Assim a região sudoeste de Goiás e o município de Rio Verde passaram por intensas e rápidas modificações em menos de uma década, fazendo com que essa cidade se transformasse num pólo nacional do agronegócio (GUIMARÃES, 2010).

- Impactos causados pelo agronegócio em Rio Verde

A atividade agroindustrial propiciou indubitavelmente um notável crescimento econômico na cidade de Rio Verde, uma vez que o desenvolvimento tecnológico originado pela modernização da agricultura ocasionou o aumento da produtividade agrícola e a consequente valorização do preço da terra (PEDROSO, 2005).

A instalação das grandes agroindústrias também foi responsável por melhorias para o município e pela geração de empregos diretos e indiretos. Por outro lado, juntamente a este crescimento, surgem diversos problemas sociais como a concentração fundiária, a exclusão social, o aumento da marginalidade e do custo de vida e a falta de infra-estrutura e serviços públicos para comportar a demanda do aumento demográfico da região (PEDROSO & SILVA, 2005).

Em Rio Verde ainda podem ser observadas algumas questões de origem ambiental, dentre os quais serão pontuados nesta ocasião: a expansão desordenada da cana-de-açúcar e seus derivados, o aumento de geração de resíduos após a implantação do complexo agroindustrial, o desmatamento da vegetação nativa, poluição das águas e intoxicação por agrotóxicos (FIOCRUZ, 2013; BARRETO & RIBEIRO, 2008)

A exploração da cana-de-açúcar experimentou um crescimento de seu setor, que culminou na expansão intensiva dos empreendimentos agroindustriais voltadas para a produção de açúcar e etanol (FIOCRUZ, 2013).

Outro grande problema ambiental surgiu com a implantação da maior agroindústria do município, a Perdigão. Esta empresa trabalha com a terceirização de granjas de suínos e aves, que são responsáveis pelo aumento da geração de resíduos e requerem tratamento e destinação adequados. A Perdigão refere destinar recursos

para recuperar e preservar mananciais aquáticos e programas de redução de impacto ambiental de suas atividades em parcerias com empresas como EMBRAPA, UFG, FEMAGO e FESURV (CARMO et al, 2002).

A perda da vegetação nativa de Rio Verde através do desmatamento pode ser comprovada através da observação do uso do solo da região e das infrações por desmatamento ilegal autuadas pelos órgãos de fiscalização ambiental da região (BARRETO & RIBEIRO, 2008).

Além disso, a retirada da cobertura vegetal causada pelo desmatamento, dificulta a infiltração da água das chuvas, diminuindo o abastecimento dos lençóis freáticos e propiciando o desaparecimento de pequenos rios (PEDROSO, 2005).

As águas da região também sofrem com a poluição ocasionada por produtos químicos utilizados no cultivo das monoculturas, como fertilizantes e agrotóxicos. Análises da água da região realizadas em 2004 e 2005 revelaram que a água utilizada para o abastecimento de Rio Verde esteve em valores máximos permitidos em 90,9% dos casos (BARRETO & RIBEIRO, 2008).

Além de poluir as águas da cidade, os agrotóxicos utilizados na agricultura da região de Rio Verde causam intoxicação entre os trabalhadores que realizam seu manuseio, constituindo um grande problema de saúde pública deste município (BARRETO & RIBEIRO, 2008).

- Políticas públicas para redução dos impactos gerados pelo agronegócio em Rio Verde - GO

Os problemas sociais apontados não foram objeto de programas públicos específicos. Porém, a exploração do trabalhador rural em razão da concentração fundiária reflete na questão do agronegócio.

Relacionados a esta questão agrária, surgiram diversos programas, projetos e políticas para minimizar os problemas rurais, como por exemplo o Programa de Acesso à Terra, Procera, Pronera, e Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATES, elaborado em 2004, em consonância com o II PLANO NACIONAL de REFORMAAGRÁRIA, este já reconhecendo a existência no Brasil de alta concentração fundiária (GÓS & COELHO, 2013).

O bioma cerrado já perdeu 47,84% de sua cobertura vegetal até 2008, de acordo com o Projeto de Monitoramento de Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 15 de setembro de 2010, foi instituído o Plano de Ação para Prevenção e Desmatamento e das Queimadas do Cerrado, o PPCerrado, que possui como principal objetivo a redução das emissões de gases de efeito estufa gerados em grande parte durante o desmatamento do cerrado em pelo menos 40% até 2020 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013b).

Em relação à agropecuária, o PPCerrado propõe ainda ações destinadas a recuperação de pastagens degradadas, adoção do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, ampliação do plantio direto e uso da fixação biológica do nitrogênio e do aumento das florestas plantadas.

A lei municipal nº 5200 de 20 de setembro de 2006 estabelece limites de 10% de cada propriedade rural agricultável, por safra, para o plantio da cana-de-açúcar em Rio Verde e ainda a manutenção obrigatória de uma distância mínima de 50 metros dos mananciais entre outras disposições.

O uso dos agrotóxicos possui significativa importância, tanto em relação à sua toxicidade quando à escala de uso no Brasil. O referencial legal mais importante é a Lei nº 7802/89, que rege o processo de registro de um produto agrotóxico, regulamentada pelo Decreto nº 4074/02 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013a).

Atualmente, o Brasil passa por uma fase importante no que diz respeito às ações regulatórias destinadas à produção e ao uso dos agrotóxicos com a elaboração de uma proposta de um Programa Nacional de Racionalização do Uso de Agrotóxicos (PNRUA). Dentre suas principais diretrizes estão: a criação de um mecanismo de compensação por perdas na produção que normalmente ocorrem no momento de transição para alternativas ecologicamente sustentáveis; a criação de um seguro para cobertura do risco a ser pago pelo produtor; a elevação do imposto sobre os produtos em função do nível de periculosidade, ao mesmo tempo isentando a produção de produtos alternativos; e a redução de custos de capital para investimentos ligados a expansão de tecnologias conservacionistas (SOARES & PORTO, 2013).

CONCLUSÕES

A cidade de Rio Verde passou por um crescimento acelerado nos últimos vinte anos, porém seu desenvolvimento não aumentou nas devidas proporções. São inúmeros problemas sociais e ambientais decorrentes do rápido crescimento populacional e dos programas e políticas públicas promovidas para ocupação do cerrado que praticamente ignoraram o meio ambiente.

A criação de programas de desenvolvimento sustentável é imprescindível e urgente, uma vez que apesar da aparente pobreza biológica do cerrado e monotonia de suas paisagens, este bioma apresenta uma riqueza no que se refere a ecossistemas, espécies, recursos genéticos e hídricos.

Os danos e prejuízos estão ocorrendo desde que o primeiro hectare foi substituído por monoculturas e pastagens. É necessário o investimento e incentivo a elaboração de políticas públicas que permitam a coexistência dos benefícios da agroindústria e a integridade do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **Goiás: novas regiões ou novas formas de olhar velhas regiões.** Observatório Geográfico de Goiás. Publicado originalmente em: ALMEIDA, M.G. (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.* Goiânia: UFG, 2002. Disponível em: <http://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/uploads/215/original_arrais_tadeu_alencar_goi_s_novas_regi_es.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BARRETO, Clarissa de Araújo, RIBEIRO, Helena. **Agricultura e meio ambiente em Rio Verde – GO.** INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v.3, n.1, artigo 5, jan./abr., 2008.
- CARMO, Roberto Luiz et al. **Agroindústria, população e meio ambiente no sudoeste de Goiás.** In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Ouro Preto, nov.2002.
- CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde: apontamentos para sua história.** Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988. (448 p.).
- FERREIRA, Rildo Mourão. **Transporte urbano de passageiros: o caso do município de Rio Verde – GO.** (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil:** populações tradicionais e bóias-frias sofrem em trabalho degradante nas monoculturas de cana. Disponível em: <<http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=134>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- IBGE. **Rio Verde (GO):** mapa municipal estatístico. 2010.
- LIMA, Filadelfo Borges de. **Câmara Municipal de Rio Verde.** Disponível em: <<http://www.camararioverde.com.br/site/?pagina=camara&area=historia>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agrotóxicos.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/securanca-quimica/agrotoxicos>>. Acesso em: 21 jun.2013.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-cerrado-%E2%80%93-ppcerrado>>. Acesso em: 21 jun.2013.
- PEDROSO, Izuilu Luiza Pires Bacci. **Meio ambiente, agroindústria e ocupação dos cerrados: o caso do município de Rio Verde no sudoeste de Goiás.** Revista Urutágua, n.6, abr./mai./jun./jul., 2005.
- PEDROSO, Izuilu Luiza Pires Bacci, SILVA, Antenor Roberto Pedroso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde – GO.** Caminhos de Geografia, n.3, v.15, p.20-27, jun. 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO.** Disponível em: <<http://www.rioverdegoias.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- SOARES, Wagner Lopes, PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Impactos econômicos e implicações políticas do uso de agrotóxicos do ponto de vista da saúde pública.** Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT4-747-800-20100903123825.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- VALARIE, Pierre et al. **Expansão do setor sucroalcooleiro e conflitos sócio-políticos no município de Rio Verde – Brasil.** In: **Anais IV Encontro Nacional da ANPPAS.** Brasília – DF, 2008.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-077-3



9

788572 470773